

De novo auditorias privadas no chão

O grave problema que veio a público sobre o Banco Panamericano mostrou (mais uma vez) a questão grave da ação das auditorias privadas.

Fica quase sem explicação o fato de várias empresas de auditoria terem trabalhado nos negócios do Banco sem apontar qualquer óbice.

Estes problemas não são novos. Desde as duas últimas décadas questiona-se a qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente. Não se tratando de privilégio brasileiro, isto ocorre em todos os países.

No Brasil, começou-se a discutir o problema há tempos, desde a quebra dos Bancos Nacional e Auxiliar, na Europa, com os casos envolvendo Parmalat e Banco Credit Suisse, e nos Estados Unidos com a Enron etc.

Muito se tem discutido, mas poucas alterações apareceram em relação às auditorias privadas. No passado, aplicava-se um sistema de auto-regulamentação, em que uma fiscalizava a outra. Não deu certo. Nos últimos anos, no Brasil, muitas mudanças tem sido propostas e quase nenhuma é aceita. Diga-se que a resistência a estas mudanças não se limita aos auditores privadas, mas também de seus fiscalizados.

Tudo ainda está por ser feito para termos um sistema eficiente de auditorias independentes. O primeiro ponto a ser alterado deve ser a proibição de o mesmo grupo que faz auditoria fazer consultoria para seu cliente. É neste aspecto que se situa a mãe de todos os problemas. Quem

fiscaliza não pode participar da gestão, isto é, quem é consultor não pode ser auditor.

Ou acabamos de uma vez por toda com isto, ou nada avançará. Pouco adianta dizer que departamentos de auditoria e consultoria de um mesmo grupo são separados. Nada disso. Quem presta serviço de auditoria não pode participar de qualquer relação como consultor da empresa auditada.

Adotou-se também em muitos países o sistema de rodízio, obrigando após certo tempo que se troque a empresa de auditoria. É razoável e deve mesmo ser adotado. Como também deve ser admitida aqui a proibição de a empresa de auditoria independente ser contratada pela diretoria executiva. A escolha deve caber ao conselho de administração, oferecendo espaço aos acionistas minoritários no acompanhamento de auditoria.

Estas mudanças, que procuram garantir maior transparência para as empresas, é de difícil implantação devido ao capitalismo familiar, estágio primitivo do sistema capitalista, em que os familiares, não contentes em já serem proprietários, elegem-se como administradores dos negócios. Como regra, o mercado de capitais, mesmo nos países desenvolvidos, não aprecia muita transparência. Imagine-se neste capitalismo familiar, como ocorre no Brasil.

Apenas para ilustrar, veja-se o caso do Banco Panamericano, em que o administrador era “personal trainer”, mas aparentado da esposa de Sílvio Santos. Este quadro só mudará com a intervenção do Governo; o mercado não quer mudar nada e não quer transparência alguma.

Será o Governo, o Estado, que deverá promover nova legislação

para empresas de auditoria privada, como é o Estado que deve promover a modernização do capitalismo brasileiro.

O fim da coexistência de empresas auditoras e consultoras, a proibição de contratação por diretoria executiva e demais medidas só virão por iniciativa do Estado. Como também deveria o Estado avançar na democratização do capitalismo, exigindo que grandes empresas de capital fechado abram, tornando-se transparentes.

Os grupos familiares de capital fechado não devem ter acesso ao BNDES ou a qualquer benefício de exportação, benesses que devem ser exclusivas para empresas de capital aberto.

O Brasil deveria adotar o modelo norte-americano a respeito de empresas de concessão pública, necessariamente de capital aberto.

Aqui, por exemplo, SBT, Rede Globo e Rede Record muito ganhariam se abrissem seu capital, possibilitando aos acionistas conhecerem seus números, índices de desempenho e seus segredos.

As mudanças propostas estão relacionadas à modernização do capitalismo. Ou muda-se agora, ou mais para frente nova crise surgirá inevitavelmente.

Como disse Paul Krugman em 2002, comentando o colapso da Enron: *“não se pode dirigir uma economia moderna com empresas sob controle familiar e sociedades de capital fechado.”*

Antonio Roque Citadini